

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	12.NOV.1974	REPÚBLICA	

# QUER ARRANCAR NO PORTO A ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL

**D**ESDE 1960 que funciona em Lisboa a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral. No decorrer dos anos tem aumentado de projecção e desenvolveu-se a tal ponto que actualmente gere um centro totalmente subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Esta Associação tem prestado relevantes serviços às crianças que sofrem de paralisia cerebral. Em Portugal o seu número deve ascender a mais de 20 mil, metade das quais no Norte E este Norte circunscreve-se a aquém-Douro. A falta de uma estatística segura não permite avaliar a extensão dos indivíduos atingidos pela deficiência. A paralisia cerebral, é, contudo, a deficiência motora mais frequente da infância, chegando a ter uma incidência de meio por mil. Trata-se de uma situação com deficiências múltiplas - motoras, sensoriais e psíquicas que exigem tratamento de reabilitação e reeducação por equipas especializadas. Quando se diagnostica a doença o mais cedo

e emocional pelo que esta necessita sempre de apoio material e moral.

Em Portugal, em cerca de 170 mil nascimentos, surgem 300 a 350 casos de paralisia cerebral. Como se disse são os acidentes de parto que maior número de casos provocam, e é nos primeiros meses de vida, e sobretudo antes dos três anos, que o tratamento pode ser mais eficaz. A sintomatologia (servimo-nos de um artigo da dr.ª Campos de Andrada) envolve além de deficiência motora, perturbações no desenvolvimento intelectual, deficiência na linguagem, problemas de comportamento, epilepsia, deficiências sensoriais e dificuldades perceptivas. De acordo com a gravidade da situação e

çado, vai obter os apoios necessários para prosseguir e até «passá-los» em grande parte para o Estado. Em países onde a vida colectiva é maior, as iniciativas deste tipo abundam. Países esses muito mais organizados que Portugal.

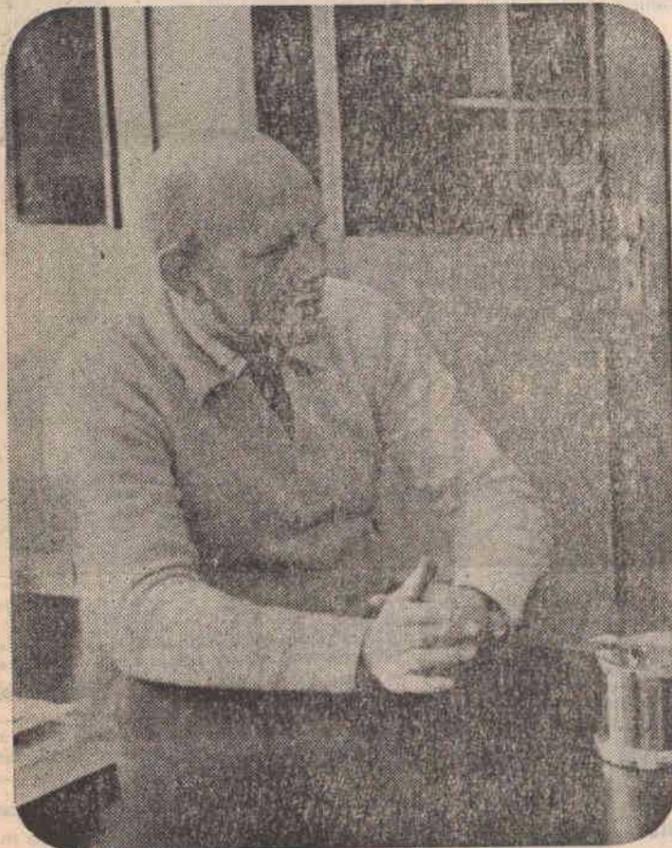
Mas, entre nós, também temos exemplos e citaremos um Hospital de Maria Pia (único neste país) associações de auxílio a crianças diminuídas mentais, etc. Não vamos tipificá-las nem fazer uma apologia ao voluntarismo das pessoas mas o certo é que esta é uma via legítima pois insere-se no quadro social em que vivemos. Efectivamente não se pode pedir ao Estado que tudo seja da sua responsabilidade e de sua iniciativa. Durante 48 anos em que a política de Saúde foi um completo fracasso e uma fraude nada se fez e não se pode exigir que, em meses de verjardado (governo), tudo se faça.

Por isto mesmo a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral nos dá exemplo a seguir no Porto, uma vez que ela praticamente só funciona em Lisboa. Criada por um grupo de pais e técnicos conseguiu arranjar um prédio e um subsídio e o apoio de médicos. A Gulbenkian face ao realizado, subsidiou-a. E daí se partiu para a construção de um centro moderno e eficiente — que o é, de facto. Contudo trata-se de uma ilha num oceano.

O sr. C. C. van Geel, cidadão holandês há anos residente em Portugal e pai de uma criança com deficiência cerebral, a qual mediante tratamentos e um bom ambiente familiar conseguiu recuperar totalmente, formou com mais alguns pais o «Núcleo Regional do Norte» e está empenhado em congregar, (nesse núcleo) todos os que tenham filhos com a deficiência cerebral. Procura criar um centro no Porto e, para tanto, percorre o mesmo caminho que os seus colegas de Lisboa percorreram. Uma casa, em especial próximo do Hospital de Maria Pia (onde se encontram os terapêuticos), é a sua primeira necessidade. Nesse prédio instalariam a sede do núcleo e um Centro de recuperação. É isto curial? É, sem dúvida, porque, segundo um médico da especialidade, o tratamento deve ser ambulatório. Isto é: um casal leva o filho ao Centro onde lhe ministra as terapêuticas aconselhadas mas

continua a viver no seu ambiente familiar porque é aí que ela deve viver. A criança não pode ser banida e armazenada num Centro. A sua recuperação deve ser total. A partir deste Centro e com a colaboração dos interessados forma-se uma estrutura que tem de ser apoiada a outros níveis e, então, entra o Estado exigindo-se-lhe meios e facilidades além de toda a ordem de apoios. Este é o pensamento dominante do grupo constitutivo do Núcleo o qual, face aos múltiplos problemas com que se defronta a Saúde Pública em Portugal não quer apenas tomar atitude reivindicativa mas colaborante, cabendo-lhes o primeiro passo.

Voltando a dr.ª Campos de Andrada, esta especialista sobre o futuro da assistência à doença em questão indica que há necessidade urgente de uma melhoria das condições de assistência pré-natal, neo-natal, período de R. N. e primeira-infância no sentido de se conseguir uma prevenção e despiste precoce das deficiências de infância. Salienta a necessidade da criação de mais centros, especializados de avaliação, tratamento e reeducação sobretudo nos primeiros meses de idade infantil, dispersos pelo país e nas cidades mais importantes; a colaboração de instituições existentes de molde a evitar a desorientação dos pais; a importância de fazer a pedagogia dos pais e familiares; a de integrar a criança na escola e mais tarde na profissão; a criação de oficinas de treino profissional; a necessidade de lares para grandes incapacitados, etc. Acrescente-se ainda que as crianças que sofreram de paralisia cerebral, recuperaram e licenciaram-se em cursos como Engenharia e Letras. O Núcleo Regional do Norte da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral está constituído e a sua «caixa-de-correio» é o Hospital de Maria Pia. O Núcleo procura, nesta fase, congregar o maior número de pessoas e um prédio onde possa instalar serviços, condição essencial para um começo formal de actividades. Trata-se de uma iniciativa de apoiar pois ela visa não só dar à criança com paralisia cerebral um apoio e contribuir para uma real Política de Saúde. Procura o apoio e a colaboração de todos.



C. C. van Geel, um holandês há muitos anos residente em Portugal, não esconde o seu entusiasmo na luta pela abertura do Núcleo Regional do Norte da Associação de Paralisia Cerebral

possível, os pais devem estar informados do modo de proceder. Sempre que possível, a criança deve frequentar a escola e integrar-se com as outras.

Normalmente, acidentes do parto produzem paralisias cerebrais nas crianças, isto é, um dos centros cerebrais fica afectado seja o do equilíbrio, o táctil, etc.. Nas aldeias, certas crianças, que de modo algum são doentes mentais, são conhecidas como «aleijadinhos». A dr.ª Maria da Graça Campos Andrada diz: «A criança com paralisia cerebral não é um ser diferente. Um aspecto fundamental é o ambiente familiar que se encontra fortemente perturbado. A presença de uma criança deficiente e muito particularmente de uma criança com paralisia cerebral na família, equivale a um «stress» físico

idade a criança necessita de diferentes tipos de assistência.

Ora o tratamento e assistência da criança constitui um grande encargo económico para os pais. Como resolver então o problema?

Nos países do Ocidente, mesmo nos mais evoluídos (já que nos países de Leste a Medicina está de tal modo massificada, que não é preciso o cidadão tomar iniciativas do tipo que estamos a descrever), são os pais de crianças com deficiências deste tipo (ou de outro) que se associam e, pelo número e acções que efectuam, tornam-se num núcleo activo o qual não pode de maneira alguma ser ignorado pela sociedade e pelo Estado. Unindo esforços, criam a «mola geradora», de um movimento que, depois de lan-